

Procopio, Argemiro. **A crise da sustentabilidade.** En: *Seminário Internacional REG GEN: Alternativas Globalização* (8 al 13 de Octubre de 2005, Hotel Gloria, Rio de Janeiro, Brasil). Rio de Janeiro, Brasil UNESCO, Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura, 2005. Disponible en la World Wide Web: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/reggen/pp02.pdf>

www.clacso.org

RED DE BIBLIOTECAS VIRTUALES DE CIENCIAS SOCIALES DE AMERICA LATINA Y EL CARIBE, DE LA RED DE CENTROS MIEMBROS DE CLACSO

<http://www.clacso.org.ar/biblioteca>

biblioteca@clacso.edu.ar

A crise da sustentabilidade

Argemiro Procópio

(Professor titular do Instituto de Relações Internacionais da UnB)

Apesar das resistências à desconstrução da economia de subsistência e das muitas formulações a favor da sustentabilidade do desenvolvimento em espaços sociais dominados pelas desigualdades, a presente reflexão é espécie de síntese dos processos que definem os rumos e a vida dos amazônicos.

A corrupção no judiciário e no poder legislativo aumentando escandalosamente o ganho de seus membros em brutal descompasso com poder aquisitivo das massas espelham a insensibilidade da ordem democrática de periferia. Nesta ambivalência multiplicaram-se as bolsas-escola, bolsa-alimentação, bolsa-saúde, etc. Cada uma a sua maneira, elas perenizam a política dos favores nos currais eleitorais prolongando a gestão dos engenheiros da farsa democrática.

No Equador, os ambulatórios móveis e a distribuição de comida — as tais das cestas básicas — lá e alhures essa partilha também anima as eleições e a compra de votos sem a eficiência da arquitetura da assistência social venezuelana, mais funcional que a dos vizinhos, graças em parte ao apoio cubano, dependente do petróleo da solidariedade. Paralelamente a essa observação, ressaltou-se, partiu daquele governo em 2002 durante a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável em Johannesburgo, um gesto particularmente altaneiro: em nome da irmandade apregoada por Bolívar — mesmo dependendo sua economia quase que inteiramente do petróleo — Caracas abraçou o propósito de até o ano de 2010 assumir matriz energética constituída de dez por cento de energias renováveis. Os demais gigantes do petróleo e os EUA fugiram de tal propósito.

Repassando um a um os países amazônicos, lá quando o apelo à história é individual e não coletivo, o receituário democrático exhibe incapacidade na criação de alternativas socialmente justas. O desentendimento mútuo, a corrupção dentro de casa pariu ignominiosos fluxos migratórios, melhor dito, um fluxo de refugiados econômicos de cidadãos equatorianos, brasileiros, peruanos, colombianos e bolivianos sem precedente.

A gravidade do problema do refugiado obriga entender que migrar não é só sair de um país e entrar no outro. No Brasil, aproximadamente três milhões e meio de pessoas abandonaram seus lares rumo aos Estados Unidos da América, ao Japão, à Itália, à Austrália, à Alemanha e até mesmo a Portugal, país com as maiores taxas de analfabetismo e o mais pobre da União Européia. Para o amazônico preso às antigas e clássicas referências territoriais, o fenômeno da imigração às vezes se confunde com o da desterritorialização.

O número de cidadãos peruanos na cidade de Manaus beirando trinta e cinco mil, a fuga aos milhares de colombianos, os aproximadamente vinte mil agropecuaristas brasileiros na Bolívia ressoa na vida amazônica onde o interno e o externo se confundem.

A coincidência dos pontos de vista dos governos em relação às ameaças à soberania nunca os forçou a intensificar o relacionamento cultural nem a melhorar o nível de vida de seus povos. Tampouco os levou a organizar suas redes policiais pelo trabalho conjunto nas

fronteiras do Estado. Esquece-se, a aproximação facilita e reforça o sentimento de amazonidade brasileira, venezuelana, colombiana, peruana, equatoriana, boliviana, surinamesa e guianense.

A contínua proliferação de fraquezas impedindo aos estados amazônicos de controlar o aumento da corrupção os levará, cedo ou tarde, a sentir o custo da transnacionalização do controle da violência. Fenômenos como os *desplazados* ferem mais que as secas e inundações. A internacionalização da miséria e ausência do pensamento pan-amazônico de solidariedade advertem que a cooperação processando-se somente na esfera das formalidades diplomáticas rende magros resultados.

Da independência até hoje, as políticas externas nessa parte do mundo cresceram buscando resolver, cada uma em seu favor, conflitos territoriais contérminos. A engessada visão da defesa dificulta vislumbrar perigos além dos tradicionais. Preparadas para guerra de vizinhança, as forças armadas em tempo algum criaram logística de defesa de amplo espectro. Continuam dessazonadas no combate às novas ameaças. A sociedade amazônica tampouco se instrui sobre quanto os desentendimentos intestinos e a corrupção apressam o dia para o réquiem da soberania de cada um.

Equador, Colômbia e Venezuela desmembraram-se do pedaço geopolítico chamado até as guerras da independência de Gran Colombia. A partir daí série de conflitos ensangüentaram populações em regiões lindeiras. Lido de diversas maneiras, o Tratado de Guayaquil de 1829, ainda nos tempos de Simon Bolívar, estipulando as fronteiras da Gran Colombia com o Peru, esse tratado jamais freou as ambições políticas paroquiais dos grandes proprietários de terra.

Em 1922, ano do movimento tenentista no Brasil, Quito perdeu para Bogotá e Lima suas fronteiras com o Brasil, que não deslocou sequer um único soldado para defender o pequeno ex-vizinho. Tendo como referência essa data, demorou sessenta anos para realização da primeira visita oficial de um presidente equatoriano ao Brasil.

Em 1932, Bogotá e Lima se desentendem disputando a região próxima de Leticia. Perdendo para a Colômbia, os militares peruanos concentram suas disputas contra o Equador que custosamente manteve sua soberania na área conhecida como Oriente, zona amazônica do lago Agrio. Precisamente aí, inaugurou-se a era petrolífera do país.

As rivalidades inspiradas em disputas por territórios de riquíssima biodiversidade, água, petróleo, ouro e outras riquezas tiveram final infeliz na chamada Cordillera de El Condor, numa vergonhosa conflagração. Parece que continuam vivos os fantasmas da guerra no Valle Del Alto Cenepa. Após anos de negociações, Peru e Equador subscreveram em 17 de fevereiro de 1995 a Declaração de Paz. Depois dela assinaram-se uma série de tratados ventilando de alguma forma a putrefata atmosfera de disputas territoriais, mas sem cobrança pela vergonhosa omissão do Tratado de Cooperação Amazônica nesse e noutros processos.

Esse conflito de desgastante impacto no universo sóciopolítico amazônico, custou a vida de centenas de soldados promovendo inusitado aquecimento do contrabando de armas e de drogas. Países de fora do grupo amazônico como a Argentina e principalmente o Chile aproveitaram e desovaram suas armas velhas em processo até hoje mal-elucidado por envolver personalidades ainda influentes. Essa guerra abriu brecha aproveitada por grupos inescrupulosos transformando o Equador em espaço de estocagem de precursores químicos essenciais para a fabricação da cocaína e da heroína.

A dolarização em vigência e a estrutura da corrupção circundando seu complexo exportador de petróleo tornou certas instituições na capital Quito em lavanderia do dinheiro

sujo do narcotráfico. Por essa razão, petróleo e drogas compõem o novo eixo central da preocupação da diplomacia estadunidense. Dessa inquietação resulta a permanência da Base de Manta nas mãos de militares dos EUA fortalecida pelo equivocado endosso do Equador ao Plano Colômbia quase na hora de sua morte. Seu fim anunciado, mal completados cinco anos de vida, certamente acompanhar-se-á de novos ensaios de repressão ao movimento guerrilheiro pelo Plano Patriota.

Até agora vitoriosas, as Farc viram o contribuinte estadunidense desembolsar cerca de três bilhões de dólares para chegar ao oposto do que pretendia Washington. A área de plantio de coca não diminuiu, pelo contrário, manteve-se nos seus aproximadamente 200.000 hectares em territórios da metade dos oito países amazônicos, isto é, da Colômbia, do Equador, da Bolívia e do Peru. Mais do que isso, a coca transgênica e mudas da espécie peruana chamada de tingomaria substituem cultivares com menos folhas e menor resistência aos venenos da multinacional Monsanto.

O *Roundup* empregado no extermínio das roças de coca contamina mortalmente os sofridos lavradores. Tais equívocos na erradicação dos plantios desestabilizam a democracia amazônica testemunhando que nem sempre a luta conta os ilícitos e ao terrorismo se universaliza em sintonia com os direitos humanos.

Além de ser o segundo parceiro comercial do Equador, a Colômbia aproxima-se desse país por meio de fluxos migratórios em escala inusitada. As plantações de Putumayo há anos transbordaram para dentro das fronteiras equatorianas. Quanto ao abastecimento de metralhadoras às Farc, com a cocaína e os dólares dos seqüestros, a arma chega das inexoráveis redes de contrabando sem nenhuma necessidade de pernoitar na Venezuela. Do lado brasileiro saem remédios, roupas, comida e químicos controlados.

Apesar dos esforços das autoridades dos Estados Unidos da América para estancar o fluxo de armas às Farc, a corrupção presente em suas parcerias no Equador e na Colômbia castra o sucesso de tais diligências.

A lavagem de dinheiro ampara o sistema eleitoral onde campanhas assumem altos custos. Isso leva a população a respirar a atmosfera ambígua da vida nacional repleta de ciladas. Também por causa disso, o Equador cujos habitantes mal alcançam os doze milhões — menos que a população da cidade de São Paulo — perdeu quase um milhão de pessoas por meio da sangria migratória. Paradoxalmente, a remessa de dinheiro desses emigrantes para familiares alcançou em 2003 US\$1.432 milhões. Ou seja, cerca de 6% do PIB, 37% das divisas obtidas com a exportação do petróleo e montante superior ao total das exportações de banana do país.

Pelo fato de os países amazônicos despontarem como futuras potências energéticas, graças ao petróleo, ao gás e à hidreletricidade, é raríssimo esse fenômeno combinar com o êxodo em massa. Isso merece atenção também do Brasil que extrai petróleo na selva no estado do Amazonas.

O modelo de crescimento amazônico voltado para o exterior conta com oito gêmeos de pesos e temperamentos diferentes compartilhando espaços sob o mesmo teto tropical. Nessa convivência, antes da diminuição do Estado o que se percebe é a crise pela qual ele passa. Para Theotônio dos Santos a crise do Estado é consequência do seu grande crescimento.¹

¹ Theotônio dos Santos. *Do terror à esperança: auge e declínio do neoliberalismo*. Aparecida, SP: Idéias e Letras, 2004, p. 116.

A contribuição financeira dos imigrantes colombianos, peruanos, equatorianos e bolivianos induz a vários paralelos com o Brasil que também se beneficia da remessa de divisas fortes de seus cidadãos ganhando a vida no Japão, nos Estados Unidos da América e na União Européia. Apenas no ano de 2004 os dekasseguis responderam pela maior remessa de dólares ao Brasil, ou seja, US\$3 bilhões.² Essa quantia superou o que separadamente renderam as exportações de minério de ferro e aviões!

A questão da instalação de proprietários rurais brasileiros em terras paraguaias e bolivianas, de garimpeiros no Suriname e de orlas de jovens para os E.U.A. acompanha a problemática do êxodo de alguns vizinhos amazônicos para o Brasil. Colombianos também migram aos milhares em direção aos E.U.A., ao Equador e ao Peru. Equatorianos partem para Itália e Espanha. Esse espinhoso fluxo migratório em múltiplas direções aflige duramente os países amazônicos. O êxodo e a questão dos refugiados abrem doloridas chagas. Cada emprego gerado pelo agronegócio expulsa onze lavradores da terra, seja por seu altíssimo grau de mecanização, seja por sua organização produtiva.³

No estudo intitulado “Fome e Fartura, o Caso da Soja no Brasil”, publicado na *Revista Brasileira de Tecnologia* ⁴, este autor há mais de duas décadas antevia que a monocultura sojeira afetaria a produção familiar fomentando o êxodo rural. O agronegócio, fenômeno nada novo, responde pela onda de grilagem de terras deixando o campesinato com pouquíssimas opções: migra ou se transforma em madeireiros ou garimpeiros.

Os impactos das exportações de novos e tradicionais produtos agrícolas e pecuários como café, cacau, banana, madeira, couro, carne e soja, responsáveis por queimadas e indiscriminado uso de agrotóxicos são mal-avaliados. Enquanto a exportação permanecer separada da contribuição dos serviços ambientais, durante o tempo que a biodiversidade perder para os agronegócios, os países amazônicos jamais se libertarão da geografia econômica que os caracteriza como exportadores de bens primários à custa da degradação ambiental.

Governos despreparados obrigaram a sociedade amazônica a entrar no século XXI com cultura produtiva semelhante à construída no século XIX. Por exemplo, a da invasão de terras indígenas, das queimadas para transformar florestas em pastos, do contrabando do couro, do ouro e outros produtos do extrativismo vegetal enviados para a metrópole como a madeira, borracha, juta, fibras e cacau.

De menor impacto ambiental, o ciclo das drogas do sertão anterior à independência depredou menos que nos dias atuais. Culpar apenas as oligarquias pelo traçado do destino amazônico não esclarece a causa do inexistente número de leitos para atendimento emergencial em caso de catástrofes naturais, peste ou guerras.

Empresários, ambientalistas, políticos, todos esses grupos tratam isoladamente de suas Amazônias esquecidos de prováveis riscos e de seu futuro comum. Interesses locais prevalecem aos interesses da Amazônia profunda. Em nenhum dos oito membros da Otca vicejam políticas estimulando a amazonidade, como forma de resistência à dinâmica do jogo da devastação. Geograficamente falando, o Brasil é mais Amazônia do que a

² “Lula ouve reclamações de imigrantes brasileiros”. *Correio Braziliense*, 29/5/2005, p. 24.

³ Ver: Rosita Milesi. *Refugiados — realidade e perspectiva*. São Paulo: Loyola, 2003.

⁴ Argemiro Procópio. *Fome e Fartura, o Caso da Soja no Brasil*. In: *Revista Brasileira de Tecnologia*.

Amazônia é Brasil graças à história que colocou aproximadamente 70% das suas terras dentro do paraíso verde.

Estímulos à sustentabilidade aguardam adentrar no processo de integração. Tudo que chega na Amazônia, exceto dinheiro para a nata do executivo, políticos e juizes, é o resto do resto das prioridades. As urgências desentrosadas com as necessidades socioambientais da região postergam soluções estruturais.

O altíssimo custo ecológico do movimento exportador que se abateu sobre a Amazônia Continental resolve a curto prazo problemas do endividamento externo. Todavia, as debilidades estruturais do multilateralismo impedem à sociedade amazônica forjar blindagem que a proteja da saga da corrupção.

Ainda que a abertura amazônica para o mundo seja uma constante de sua história, a solidariedade internacional mais preocupada com a natureza do que para com o homem é faltosa. Se os Estados Unidos da América ocupam o primeiro lugar na parceria econômica com cada um dos oito amazônicos não é só porque governos destes países dão-se as costas uns aos outros. O comodismo prova a falácia do crescimento do multilateralismo no qual o experimento da Otca é exemplo que clama por profundos aperfeiçoamentos.

Teimando manter estruturas produtivas do passado, despreparados para políticas de desconcentração da renda sustentável, reproduzindo entre eles a distância que os separa dos países centrais, as elites na Hiléia mal sabem o que querem para se afirmarem nas relações internacionais.

A ingovernabilidade fruto da corrupção arrisca jogar o amazônico na fereza do velho ambiente de crises carregado de partilhas e de desconfianças.

Particularmente vulneráveis as economias amazônicas patinam e não constroem seu espaço cooperativo e de representatividade. Ainda que modernizando setores, a fragilidade da base produtiva afasta o empresariado de mercados que eventualmente pudessem absorver produtos com valor agregado.

As relações amazônicas com os centros decisórios de poder, além de subalternas, amarram-se por espinhosos laços de dependência cultural.

Jamais existiu consenso na Hiléia definindo prioridades regionais em um todo. Seus povos seguidas vezes sentem-se desterrados nos próprios países. Considerações de ordem técnica, geográfica, cultural, religiosa, política e sociológica amarrariam as qualidades essenciais da amazonidade, contudo, isso jamais interessou aos seus governos.

O olhar da inércia tolhe a vocação para valorização da cultura. Os formidáveis avanços na União Européia apesar das chagas do passado ainda não cicatrizadas, testemunharam o poder da integração em ambientes historicamente hostis. No mundo amazônico onde rivalidades jamais existiram a esse nível, a integração é sociologicamente próxima e politicamente distante.

Os acordos de complementação econômica entre os oito necessitam valorizar tanto seus *status* de andinos como amazônicos. A bandeira da integração deve tremular em países de grande e pequena população, de maior ou menor extensão geográfica. Para isso as diplomacias precisam parar de fotografar-se mais entre os ricos do que com os irmãos amazônicos.

O destino dos periféricos politicamente enfrenta realidades amparadas por profundas assimetrias diplomáticas e culturais. Unir políticas ambientais, separando o econômico, o cultural e o político dá no que dá. Brasil e Colômbia costumam ridicar apoio à vizinhança mais pobre. Jamais tratou-se por meio da cooperação de repassar as tecnologias relativamente avançadas dos dois primeiros para o restante da família

amazônica. Incrementadas suas exportações todos ganharão pela tecnologia emprestada em família explorando nichos de mercado às vezes desprezados, porém de substantivo valor.

No tocante à procura do tempo perdido a Otca jamais esteve só. Entre as inúmeras decepções da OEA conta-se a da Comissão Interamericana para o Controle e Abuso de Drogas criada em 1986. Ainda que em 1992 a Assembléia-Geral tenha aprovado medidas para conter a lavagem de dinheiro, permanece quase nula na sociedade amazônica a vontade política de acabar com a corrupção que alimenta o contrabando de armas e abastece o terror.

Também o Comitê Interamericano contra o Terrorismo cuja criação aprovou-se à época do Compromisso de Mar del Plata em novembro de 1998, sua existência passa despercebida nos países amazônicos. O controle nas fronteiras, intercâmbio de informações e cooperação técnica na área da segurança e defesa são insuficientes. Debitar tais fraquezas aos planos dos EUA com a Amazônia não resolve os problemas dos governos sobre a segurança que mais os aproxima aos estadunidenses que os separam, a exceção da Venezuela de hoje com sua diplomacia arquitetada no bolivarianismo.

Principalmente depois das decisões decorrentes dos ataques do onze de setembro em que os Estados Unidos usam da força militar independentemente das indignações presentes no sistema internacional, reina entre os países amazônicos uma espécie de prudência vigiada. A tendência é dispersar interesses conflitivos para dar espaço a um multilateralismo apêndice, refém da sua riquíssima biodiversidade e de suas fontes energéticas. Riquezas essenciais à longevidade da democracia estadunidense, até que com ela surja, para exaurir do que restou, o tríptico poder composto por EUA, União Européia e China.

Com ou sem obstáculos alfandegários, o fluxo maior de comércio da periferia maltratada permanecerá direcionado para os três países acima citados. Ciente que produtos de lá jamais concorrerão com os seus, o simbolismo de descerrar horizontes comerciais no fechado mercado da União Européia para gama de artigos em nome da luta contra o narcotráfico é deslavada farsa. Houvesse livre acesso a mercados, a banana amazônica que concorre com as plantações espanholas teria a seu favor as cancelas sempre abertas.

Três quartos das relações econômicas internacionais realizam-se entre os países centrais. Os oito amazônicos, se somados, representam pouco mais de um por cento do comércio mundial, um tremendo descompasso com a importância de sua água doce e de suas florestas para a saúde do planeta Terra.

A ladainha de melhorar a produção, explorar vantagens comparativas da biodiversidade, a inserção competitiva, a melhoria da infra-estrutura física, a coordenação das cadeias produtivas nos mercados internos e regionais, atentar para as redes de sustentabilidade dos projetos, tudo isso tratou-se dentro da Iniciativa para a Modernização e Desenvolvimento da Infra-Estrutura Regional da América do Sul, aparentemente sem resultados concretos. Essa iniciativa criada no ano de 2000 quando da Reunião de Cúpula dos Presidentes da América do Sul em Brasília, teima ainda buscar refúgio na modernidade.

Atrelar o destino da Amazônia profunda a simples melhorias da infra-estrutura portuária, aeroportuária, fluvial, energética a serviço do agronegócio equivale a abraçar uma pobreza conceitual de catastróficas dimensões. Cuidar das nascentes das águas, evitar sua compra por grandes grupos, maior atenção para com a biodiversidade por meio de efetiva prioridade para com a dimensão socioambiental, esse é o desafio que merece particular atenção.

As novas ameaças enraizadas no mundo amazônico como a corrupção, o narcotráfico, o terrorismo da destruição florestal e — por que não? — o terrorismo de experimentos genéticos com chances de fugir do alcance do controle humano, seu combate requer ação pró-ativa em favor da vida.

A solidariedade mal permeia a vida amazônica. As experiências de cooperação entre os países membros da Otca, de tão modestas que são, praticamente poucos as conhecem. As capacidades locais continuam as menos consultadas, seja por Bogotá, Brasília, Caracas, Georgetown, La Paz, Lima, Quito e Paramaribo.

Recursos financeiros para fomentar a cooperação existem, porém a máquina burocrática os consome. Pouco ou nada resta para a promoção da cultura do bem-estar por meio do fortalecimento da complementaridade ambiental produtiva. Petróleo farto, enorme capacidade de geração da energia hidrelétrica, gigantescas reservas de gás, fantástica biodiversidade e, sobretudo, abundância da água doce, tudo reclama por novas leituras para que os amazônicos em redes revolucionem suas concepções de sustentabilidade.

Impossível melhorar a imagem dos produtos amazônicos sem o combate à pobreza e a erradicação da concentração da renda. Lembrando que nas relações internacionais observa-se a Amazônia como um todo, da mesma forma, a visão de conjunto dos problemas na Hiléia permitirá que se responda em bloco, que se atue solidariamente para alcançar um lugar respeitável na comunidade das nações. Este argumento substantivando a análise da cultura de cooperação, alarga o horizonte temático, tradicionalmente centrado no ambientalismo de mercado que mal sinaliza o papel da cultura e da alteridade,⁵ dupla historicamente alijada desse espaço.

Manobras conjuntas, treinamento na Amazônia e no exterior, armas, ajuda nos cursos de formação dos serviços de inteligência com material didático, docentes preparados nos EUA, tudo chega generosamente aos países amazônicos e, aliás, muito mais! Do estrangeiro vêm até verbas para pagar a conta de telefone e a gasolina das viaturas policiais empregadas na perseguição aos distribuidores de drogas. Talvez por isso, em nenhuma parte do mundo a produção da cocaína é tão grande quanto no Inferno Verde.

O uso do espaço aéreo pelo crime organizado encurta o caminho entre produtores e consumidores, porém jamais aproxima os povos desta região. Países dão aos vizinhos mais fracos o mesmo tratamento que por sua vez lhes reservam as nações ricas: impõem barreiras fitossanitárias, regras e padrões impróprios dentro da realidade amazônica em detrimento do aumento da cooperação vicinal. Esquecem que a diversificação da parceria nas relações econômicas internacionais passa necessariamente pela melhoria dos cenários de negociações entre os estados. Os governos, deslembados disso, sopram culturas egoístas bloqueando o concerto multilateral. Desencontros impedem aos povos da Amazônia Continental o acesso a coisas que eles precisam. Diplomacias com vocação multilateral, capazes de articular diferentes atores e sujeitos sociais, além dos tradicionais, fazem imensa falta.

Tão logo programaram as atividades do Plano Colômbia, escolheu-se a cidade de Manaus para ser palco, em outubro do ano 2000, da IV Conferência de Ministros da Defesa das Américas. Em novembro de 2002 Brasília sediou a Conferência das Nações Unidas sobre o Tráfico Ilícito de Armas Leves, um recado diplomático para o governo do país

⁵ Ver: Regina Célia Corbucci. *Natureza como alteridade: uma relação possível?* Doutorado. Brasília: Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, 2005.

cujas fábricas de armas, da Taurus, por exemplo, abastece parte do mercado clandestino regional.

Novos impactos em matéria de defesa advirão com a instalação da base estadunidense no Chaco. O projeto da base do Chaco opacará a influência — iniciada com a construção da hidrelétrica de Itaipu — que as forças armadas brasileiras desfrutam no Paraguai e em partes da Bolívia.

Em 2004, o Brasil, Equador, Colômbia, Peru e Venezuela, ocupavam respectivamente o 14º, 63º, 43º, 53º e 38º lugar numa lista indicando o Produto Interno Bruto de 184 países. A disparidade no nível de desenvolvimento entre si mesmos reforça as assimetrias no conjunto amazônico. Sete milhões de brasileiros ricos gastam com supérfluos o que setenta milhões de pobres pagam para comer.

Em seus tantos anos de independência os países amazônicos resistem ainda a anotar em sua agenda a questão da segurança. Contornando tal negligência pipocam acordos bilaterais de magros resultados, como por exemplo, a Declaração de Trindad entre Bolívia e Brasil. Contemplando o uso ordenado dos recursos minerais e florestais, essa Declaração propõe combate ao narcotráfico esquecida que desgraça atrai desgraça. Quanto maior o vazio de poder no mundo amazônico, menor é a competência na busca de soluções. Por exemplo, intensas são as pressões para alocar 130.000 quilômetros quadrados de florestas brasileiras em regime de concessão ao capital privado por quatro decênios. Tais concessões prometendo um manejo sustentável não deram certo em nenhum país do mundo. Desmatar e reflorestar não se faz num piscar de olhos. Na Amazônia existem ecossistemas em que espécies arbóreas levam decênios para crescer.

Nos anos 1990 La Paz restringia o fluxo dos turistas brasileiros exigindo o Certificado Internacional de Vacinação contra a Febre Amarela. Ao mesmo tempo, em parceria, desenvolvia o projeto de construção de gigantesco gasoduto para transporte do gás para os estados de São Paulo e Rio Grande do Sul. Sabe-se, essa política energética binacional sempre contestada por movimentos indigenistas processou-se dentro de modelo que aporta divisas para a Bolívia comprar produtos brasileiros.

Quando o petróleo ultrapassou a barreira dos setenta dólares o barril, o preço dos importados disparou e os petrodólares saíram da Venezuela e do Equador na mesma rapidez com que chegaram. Dentro de tal lógica os países amazônicos produtores de petróleo comprando produtos cada vez mais caros dos países centrais, tudo permanece como está. Afora o hidrocarboneto cuja exportação vence qualquer barreira, a falta de infraestrutura a favor do conhecimento impede a exportação com valor agregado.

Depois do Japão ainda são os brasileiros os que mais contribuem para o lucro da indústria do turismo no estado norte-americano da Flórida e adjacências. Em Paris estão na lista dos principais compradores de perfumes. Consomem expressiva quantidade de uísque importado do Reino Unido da Grã-Bretanha. Sobra dinheiro na gastança com supérfluos e falta capital para combater a fome e outras carências que flagelam as maiorias. Enquanto se desviam poupanças para a compra de perfumes, uísque e outros supérfluos lá fora, faltam incentivos para os cientistas. Por exemplo, para que artigos e livros científicos sobre a Amazônia se escrevam daqui,⁶ por inteligências identificadas com ela.

A memória é curta no que diz respeito aos equívocos dos governos em suas respectivas Amazônias. Em se estudando os pacotes econômicos embrulhados para cada país vale recordar alguns dos destinados à Bolívia. No governo de Víctor Paz Estenssoro

⁶ Ver: Washington Novaes. “As dúvidas amazônicas relegadas ao silêncio”. *O Estado de S. Paulo*, 29/7/2005.

(1985-1989), o número um da abertura no subcontinente, políticas neoliberais endossaram enxurradas de pactos e alianças com democratas conversos da estirpe do ditador Hugo Bánzer, falecido em 2002. Neste mesmo ano, nova tempestade neoliberal soprou sobre a Bolívia regredindo sua renda *per capita*, desempregando e inundando o povo boliviano de pobreza. Tudo isso em atenção ao plano de austeridade imposto pelo Fundo Monetário Internacional que depois de décadas de ganhos no subcontinente aceitou perdoar as dívidas de La Paz.

Ressalte-se, o reciclado capitalismo boliviano nunca entrou na contramão da história. Ao reaquecer o ciclo neoliberal cujas conseqüências se conhecem, olhava no espelho do vizinho com o qual recusa reatar relações diplomáticas, o Chile, a quadragésima quinta economia mundial. Exportador de produtos de sobremesa, a política de Santiago é para os seus mentores um modelo de prosperidade.

A Bolívia em múltiplas crises, vez ou outra é seguida por seu maior vizinho cuja política faz descumprir radicais promessas de divórcio com o FMI fortalecendo a ortodoxia do ciclo neoliberal preconizada no Consenso de Washington. Bancos nacionais e internacionais, os maiores beneficiários de tal processo, blindam tais elites contra as balas mortíferas das crises. De fato, o setor financeiro no Brasil jamais imaginou ganhar tanto. Seus exorbitantes juros comprometeram setores básicos e investimentos em infra-estrutura, na taxa de quase 20% no final do primeiro semestre de 2005.

A política monetária implementada pelo governo trabalhista manteve os juros reais em patamares inusitados. Desestimulou inversões relegando ao capital produtivo secundário papel na expansão da infra-estrutura física.

Principalmente a pobreza do povo confirma o lamentável processo de deterioração social da principal economia entre os países amazônicos. Isso tornou frágil o modelo brasileiro de desenvolvimento cujo desempenho mostra-se inferior ao de vizinhos como Colômbia e Venezuela. A agiotagem paga em nome da aparente estabilidade econômica absorve investimentos que melhor estariam se criando emprego no parque industrial, cuja capacidade emite sinais de envelhecimento e exaustão.

Todos os países da Amazônia Continental fazem parte da Organização das Nações Unidas, da Organização dos Estados Americanos, da Organização Mundial do Comércio, etc. Em instituições regionais estão ou no Mercado Comum do Sul ou na Comunidade Andina das Nações, ou em organismos hoje esquecidos como a Aladi, e Alalc. O erário público mantém em Montevideu completa representação diplomática junto à Aladi. Não bastasse isso, agora se fala na Comunidade Sul-Americana de Nações (Casa). Oxalá isso não atrapalhe a Otca, cuja existência precisa ser pensada paralelamente às vicissitudes que atormentam os povos amazônicos.

O monólogo ruidoso dos organismos internacionais auscultando a si mesmos nunca se transformou em diálogo por interesses comuns. O atraso na integração regional raramente se soluciona com criação de novas burocracias. Melhor será o trabalho conjunto recuperando o já existente. Precisa-se entender que alívios passageiros oriundos de acordos bilaterais com o FMI e superpotências comprometem a saúde das economias amazônicas. Assim, a página da assistência financeira vale ser relida no seu todo, linha por linha.

Existem projetos parados pela metade, que deixaram de funcionar e outros que jamais deveriam ser desativados. Histórico exemplo diz respeito à Estrada de Ferro

Madeira – Mamoré, “espetáculo privilegiado da civilização capitalista na selva”,⁷ hoje excelente portal para investimentos na área do turismo, seja para o Brasil, seja para Bolívia. Por falta de visão voltada para o futuro optou-se por sua desativação. Também a conexão ferroviária entre Corumbá e Santa Cruz de la Sierra, deixa à vista o desinteresse pelas divisas do turismo. O abandono de seus quase setecentos quilômetros de trilhos é flagrante desmoralização da Ata de Roboré assinada em 1958, ao que saiba, ainda hoje em vigor.

A Segurança Energética da região amazônica possui tudo para o sucesso por causa da riqueza em hidreletricidade, petróleo e gás em países como a Venezuela, Colômbia, Bolívia, Equador, Peru, Guiana, Suriname e Brasil. Este último já exporta até gasolina. Ou seja, quase todos os países amazônicos vendem petróleo ou seus derivados para o exterior. Sabe-se então que a escassez energética está longe de reverter-se em justificativa para o subdesenvolvimento amazônico.

Quem apostou que a República Federativa do Brasil alcançaria auto-suficiência em petróleo extraíndo cerca de dois milhões de barris/dia, acertou. Em julho de 2005 entraram 68,5 milhões de dólares graças à exportação dessa *commodity* e de alguns de seus derivados. Essa contribuição inicial para o abastecimento do mercado internacional marcado por especiosa carência, transforma os países amazônicos em novas peças para o equilíbrio da produção mundial do ouro negro. Se as estradas não fossem esburacadas, se se regulassem motores para desperdiçar menos, a economia de energia teria transformado mais amazônicos em membros da Opep, entre eles o Brasil.

A questão da hidreletricidade encontra forte resistência nos ambientalistas, opositores ferrenhos da construção de novas barragens. Caso continuem as queimadas e o desmatamento que irreversivelmente prejudicam nascentes, a hidreletricidade defrontar-se-á com sérios problemas. Rios também secam.

Boa parte dos recursos hídricos da Bacia Amazônica mostram-se transnacionais, fato que obriga a sustentabilidade alargar sua visão do nacional para o multilateral. Abrir olhos para cenários relacionados à questão pouco falada da Segurança dos Recursos Hídricos ajudará a Amazônia Continental a se livrar de desastrosos problemas. A escassez de água tratada na periferia de cidades como Boa Vista, Macapá, Porto Velho e Manaus, entre outras, leva a pensar como isso se tornou possível no país das linfas da mais extensa rede hidrográfica. Ou seja, quase sete mil quilômetros de rios, até mesmo com nascentes nos já lembrados glaciares tropicais andinos em perigoso processo de derretimento.

O desflorestamento de aproximadamente 6% da Amazônia só no ano de 2003, prejudica irreversivelmente minas d’água e lençóis aquáticos. Nos municípios paraenses de Uruará, Anapu e Medicilândia impressionantes 220.000 metros cúbicos de madeira extraídos da floresta causando irreparáveis estragos na floresta tropical renderam para funcionários corruptos o equivalente ao preço em Brasília de um apartamento de três dormitórios. Resumindo, com corrupção qualquer trocado vira a selva pelo avesso.

Madeireiros de Pacajá contribuíram com dois milhões de reais para a eleição de políticos do PT no estado do Pará. Em cidades do Mato Grosso como Colniza, Juína, Castanheira, Rondolândia, Cotriguaçu e Aripuanã a interrupção da dita Autorização para Transporte de Produtos Florestais não bastou para pôr um ponto final na extração clandestina. Lideranças indígenas da tribo dos cintas-largas, conhecidas no universo do

⁷ Francisco Foot Hardman. *Trem fantasma: a Ferrovia Madeira—Mamoré e a modernidade na selva*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 25.

contrabando da madeira nem se dão sequer ao trabalho do conhecimento das normas de tal manuseio.

Ninguém desconhece que a fatura da água doce relacionase à vida florestal. O desmatamento desertifica e compromete irremediavelmente a qualidade da água dos rios e do ar que se respira. Os programas de reflorestamento, mesmo aqueles com apoio de multinacionais, são insignificantes diante da extensão das queimadas. A baixa qualidade de vida dos inocentes úteis que são os lenhadores e cortadores de madeira, o rastro das desgraças que eles trazem, nenhum plano de remanejamento reverterá. Falta por toda a Amazônia uma dimensão universalista da justiça social amarrada a uma radical política impedindo que a desgraçada luta do homem contra a selva se transforme na luta do homem contra as águas.

Outro problema que merece consideração relaciona-se às denúncias contra a exploração ilegal da mão-de-obra de mulheres bolivianas e peruanas principalmente em indústrias de confecções, propriedade de sul-coreanos. A migração clandestina para o Brasil nunca mereceu tratamento à altura da complexidade do problema que transforma fábricas em senzalas, nas quais asiáticos corrompendo autoridades escravizam os irmãos amazônicos.

O fluxo migratório de bolivianos e peruanos em direção ao Brasil é um barômetro da globalização da pobreza. O país virou um centro de emigração e imigração do que existe de melhor em idade produtiva: desempregados brasileiros de origem italiana e alemã com dupla nacionalidade fogem da recessão econômica voltando para onde nasceram seus avós ou bisavós. Já para os bolivianos e peruanos excluídos da sorte esta terra simboliza prosperidade.

Tanta é a força atizada pelos interesses da globalização na Amazônia a ponto de pouco a pouco as resistências culturais irem esmorecendo. A combinação entre a corrupção e a insensibilidade para com os direitos humanos prometem um obscurantismo sem fim. O rolo compressor das armas do crime, vale dizer, a biopirataria, a lavagem de dinheiro, os seqüestros, o contrabando de madeiras nobres, de pedras preciosas e a importação ilegal trazendo produtos eletrônicos e bugigangas, toda essa ilegalidade se autoprotege.

É pouco explicável o silêncio dos governos diante de fatos particularmente graves, como a utilização de químicos e de fungos transgênicos na destruição das plantações de coca e papoula. A introdução de arma biológica na Colômbia, na Bolívia, no Peru ou no Equador precisa ser apurada independentemente do absentismo da mídia comprometida em denunciar apenas o que lhe rende dividendos. A condenação da guerra biológica não tem tido a ressonância que merece nas forças pela defesa da democracia. A doutrina de Segurança Democrática em vigor na Colômbia desaprendeu a enfrentar o crime organizado e o terrorismo por outras vias que não a militar.

Se a indústria de invasão de terras públicas seguida de incêndios florestais está banalizada, a cultura da violência na esquecida Amazônia tampouco será coibida. Nesse mundo sem lei onde o bem e o mal se confundem, a Comissão Parlamentar de Inquérito da Grilagem afirmou que a área em mãos de grileiros na Amazônia Legal não cessa de crescer. Medidas tardias em resposta a denúncias que chegaram ao conhecimento da opinião pública pouco avançam no combate a devastação ambiental.

Caminhando com o extrativismo vegetal não sustentável, principalmente do século XIX em diante, a exploração da *Hevea brasiliensis*, do ouro, do diamante e das drogas do sertão são capítulos do processo agora desdobrado na exploração do gás natural e do

petróleo cuja existência basta para incluir o Paraíso ou o Inferno Verde no exército de reserva dos recursos naturais necessários ao processo de acumulação mundial. Relembra a urgência de releituras dos conceitos de Segurança Energética e das fragilidades estruturais.

A soja, elemento-chave do complexo da Segurança Alimentar, já acorrentou a Amazônia à economia internacional. Ainda assim, por causa do insignificante valor das *commodities*, essa análise fez ver o quanto é inexpressivo o peso do comércio dos países da Hiléia no contexto global.

O entendimento que sujeira dentro de casa se lava em casa, traduz a visão da Amazônia como terra ilhada, e isso ela não é nem um pouco. Caminhando em ritmo apressado, os debates sobre a sustentabilidade passam por cima da cooperação amazônica desconsiderando a extraordinária força da universalidade e do fato que as antigas estruturas da injustiça não mais resistirão.⁸

A insípida defesa da biodiversidade é monopólio da civilização da conquista e revela o descuido de quase todos os seus modelos econômicos. Mesmo na Rio-92, onde pela primeira vez os países amazônicos em bloco responderam a críticas da comunidade internacional pela devastação, lá também as iniciativas chegaram tarde demais. Infelizmente as diplomacias dos oito da periferia levaram a mandioca quando a farinha estava pronta. A posição dos governos da Hiléia, conforme se observa, se construiu em resposta às críticas pela devastação ambiental. Nem na aparência consegue ser iniciativa sincera de um projeto amazônico nas relações internacionais.

Nessa análise, o mito da Amazônia Continental como área marginal, excluída do processo de globalização, quebra-se com a leitura da sua sociologia. Por exemplo, a biopirataria e o narcotráfico incrustaram Hiléia no cenário do crime organizado internacional. Outros fenômenos como a mineração, as redes do agronegócio da soja, da madeira, da carne e do couro, todos testemunham como essa periferia continua algemada à economia mundial em um processo cuja cultura da devastação é a sua história.

⁸ Georg Wilhelm Friedrich Hegel. *Filosofia da História*. 2.a ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998, p. 366.

Referências Bibliográficas

Argemiro Procópio. *Fome e Fartura, o Caso da Soja no Brasil*. In: Revista Brasileira de Tecnologia.

Francisco Foot Hardman. *Trem fantasma: a Ferrovia Madeira—Mamoré e a modernidade na selva*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 25.

Georg Wilhelm Friedrich Hegel. *Filosofia da História*. 2.a ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998, p. 366.

“Lula ouve reclamações de imigrantes brasileiros”. *Correio Braziliense*, 29/5/2005, p. 24.

Regina Célia Corbucci. *Natureza como alteridade: uma relação possível?* Doutorado. Brasília: Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, 2005.

Rosita Milesi. *Refugiados — realidade e perspectiva*. São Paulo: Loyola, 2003.

Theotônio dos Santos. *Do terror à esperança: auge e declínio do neoliberalismo*.

Washington Novaes. “As dúvidas amazônicas relegadas ao silêncio”. *O Estado de S. Paulo*, 29/7/2005.